



WILDER DALA QUINJANGO
Superando desafios, inspirando mentes
com paixão e propósito



CEU INÁCIO MONTEIRO

Cuidando da segurança e do bem-estar da comunidade



Coordenaram esta edição: Manuel Francisco Neto / Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco / Vilma Maria da Silva

<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/issn2675-2573.rpe.60>

Editor Responsável: Antônio Raimundo Pereira Medrado
Editor correspondente (ANGOLA): Manuel Francisco Neto

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Antônio Raimundo Pereira Medrado
Isac dos Santos Pereira
José Wilton dos Santos
Vilma Maria da Silva

Coordenação editorial (Angola):

Manuel Francisco Neto
Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Dr. Adeílson Batista Lins
Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt
Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Profa. Dra. Denise Mak
Prof. Me. Edson da Conceição Graça (Angola)
Prof. Me. Isac dos Santos Pereira
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto (Angola)
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco (Angola)
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza
Prof. Me. Tavares dos Santos Muhongo (Angola)
Profa. Dra. Thais Thomaz Bovo
Prof. Me. Wilder Dala Quinjangó (Angola)

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Colunistas:

Prof. Dr. Adeílson Batista Lins
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Prof. Dr. Isac Chateaneuf
Jornalista João Domingos Terin (William Terin)
Profa. Ma. Cleia Teixeira da Silva
Prof. Me. José Wilton dos Santos
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza

Web-edição:

T.I Lee Anthony Medrado

Contatos

Tel. 55(11) 99543-5703
Whatsapp: 55(11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)
netomanuefrancisco@gmail.com (Luanda)
<https://primeiraevolucao.com.br>

Imagens, fotos, vetores etc:

<https://publicdomainvectors.org/>
<https://pixabay.com>
<https://www.pngwing.com>
<https://br.freepik.com>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 6, n. 60 (ago. 2025). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2025. 338 p. : il. color

Bibliografia

Publicação contínua desde 2020.

Bimestral

e-ISSN 2675-2573

Disponível apenas online.

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

DOI: <https://doi.org/10.52078/issn2673-2573.rpe.60>

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

Em parceria com:



São Paulo | 2025

Publicada no Brasil por:

Livro Alternativo
www.livroalternativo.com.br
CNPJ: 28.657.494/0001-09

05 EDITORIAL

José Wilton dos Santos

06 Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes

Isac Chateauneuf

08 Ciência, Tecnologia & Sociedade

Adeilson Batista Lins

10 O QUE VEM AÍ? "DIREITO E SOCIEDADE"

Mirella Clerici

11 POIESIS

14 PLANO DE PROTEÇÃO E GUARDA

CEU INÁCIO MONTEIRO

46 RELATO DE CASO

INTERVENÇÕES DO COORDENADOR PEDAGÓGICO COMO ARTICULADOR NA CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Daniela dos Santos Magalhães

12 DESTAQUE

WILDER DALA QUINJANGO

ARTIGOS

1. EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL - ANA MARIA DAINAUSKAS SOARES	52
2. POTENCIALIZANDO O ENSINO-APRENDIZAGEM ATRAVÉS DA CRIATIVIDADE - ANGÉLICA RODRIGUES VALENTIN	60
3. GESTÃO ESTRATÉGICA E SEU IMPACTO ORGANIZACIONAL. ESTUDO DE CASO NA EDIÇÕES NOVEMBRO, EMPRESA PÚBLICA 2023 - ANGELINA DE FÁTIMA CHITUNDO ESTÉVÃO YOPILO	70
4. ENTRE SABORES E SABERES: A EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA FORMAÇÃO INFANTIL - AUREA CARVALHO DE SOUZA	77
5. A COMUNICAÇÃO COMO FERRAMENTA PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS ORGANIZACIONAIS EM ANGOLA - DANIEL PEDRO JOSÉ	82
6. ESTUDO DE CASO NA DIREÇÃO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE BELAS, ANGOLA - DOMINGOS ELIAS SACHICO	86
7. UMA ABORDAGEM PRELIMINAR NA EMPRESA SIABONGA COMERCIAL, LDA NO I SEMESTRES DE 2024 - DOMINGOS FERNANDO CASSUENDE LUCUNDE	93
8. O ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA - DORIVALDO DA GRAÇA GUEDES TAVARES / EDMILSON DOS PRAZERES DA SILVA	97
9. ESTUDO DE CASO EMPRESA ISABELINHA COMERCIAL 2023 A 2024 - EDSON MARIA SEBASTIÃO JORGE	106
10. A VALORIZAÇÃO DA CULTURA INDÍGENA NA EDUCAÇÃO INFANTIL - ELISETE VICENTE DA SILVA OLIVEIRA	114
11. COMUNICAÇÃO INTERNA: FACTORES QUE INFLUENCIAM A COMUNICAÇÃO INTERNA NAS ORGANIZAÇÕES - ESTEVÃO QUIXINA CASSULE	133
12. ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO DOS ACIDENTES DE TRABALHO: "CASO DA EMPRESA WILVIMAR COMERCIAL, LDA 2021-2022" - EUNICE MUANSA MUESHI	139
13. O MARKTING DE RELACIONAMENTO NAS ORGANIZAÇÕES COMO FACTOR DE QUALIDADE NO ATENDIMENTO - FELICIANA DA CRUZ VICENTE MANUEL	146
14. IMPORTÂNCIA DA GESTÃO FINANCEIRA NAS ORGANIZAÇÕES CASO EMPRESA INTERSACHI, LDA-ANGOLA - FERNANDO SANJI	154
15. AVALIAÇÃO CRITERIAL EM ANGOLA: UMA ANÁLISE DAS FASES EXPERIMENTAIS DOS EXAMES NACIONAIS - FORTUNA NETO FIGUEIREDO VITANGUI	158
16. A AFETIVIDADE NAS RELAÇÕES EDUCACIONAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL - GIRLENE NASCIMENTO DA SILVA MANTOVANI	169
17. ESTRATÉGIAS DE MEDIAÇÃO ORAL DO PROFESSOR PARA FOMENTAR O PENSAMENTO CRÍTICO E A PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL - INGRID DA SILVA CAVALCANTE DE PAULA	176
18. O ENSINO DA LÍNGUA INGLESA COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA: QUEBRANDO ROTINA DO ENSINO TEÓRICO - JOAQUIM PEREIRA BRAVO	182
19. OS DESAFIOS DO MARKETING DIGITAL NO CONTEXTO ONLINE: A SEGMENTAÇÃO DE MERCADO DAS MPMS EM MALANJE EM 2025 - JOSÉ CAMPOS KIFUBA	192
20. BIOFILIA DENTRO DO CONTEXTO ESCOLAR: COMO FAZER? - JULIANA DA SILVA OLIVEIRA	204
21. EDUCAÇÃO INFANTIL INCLUSIVA: O QUE DIZEM AS ESCOLAS PÚBLICAS? - LUZINETE BISPO DOS SANTOS	213
22. IMPACTO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO NO COMPLEXO ESCOLAR SANTO ANTÓNIO NO MUNICÍPIO DE MAQUELA DOZOMBO, PROVÍNCIA DO UÍGE - MANUEL ESTEVES MUTALO COA	222
23. ESTUDO COMPARATIVO DA GESTÃO ESTRATÉGICA DA CADEIA DE VALOR DA REFRIANGO, LDA E DA COCA-COLA BOTTLING 2018-2020 - MANUEL LIGAS ANTÓNIO	229
24. ARTE E A MUSICALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO - MARCELO SANTOS DE MASCARENHAS	234
25. A LITERATURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: SOBRE OLHARES DE GRANDES AUTORES - MARIA APARECIDA ARMANDILHA NUNES	241
26. APLICAÇÃO ESTRATÉGICA DO BALANCED SCORECARD NAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS ANGOLANAS.CASO: BANCO DE POUPANÇA E CRÉDITO BPC (2020 - 2022) - MARIA MVÚ ANDRÉ DONDO	247
27. TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO AMBIENTE ESCOLAR - MARIANGELA DE JESUS CHAGAS	251
28. ÉTICA SILENCIADA: FRAGILIDADES DA FISCALIZAÇÃO DISCIPLINAR NA OAB E PROPOSTAS DE REFORMA - MIRELLA CLERICI	258
29. ESTUDO SOBRE FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO EM ANGOLA - NELITO ANTÓNIO	265
30. GERAÇÃO CONECTADA, INFÂNCIA EM RISCO: PERIGOS E CUIDADOS NA INTERNET SOB A PERSPECTIVA DE JONATHAN HAIDT - PATRÍCIA MENDES CAVALCANTE DE SOUZA	272
31. A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL:DESAFIOS E AVANÇOS NA INCLUSÃO - SILVIA HARUE YOGUI	280
32. FRACASSO ESCOLAR E DESIGUALDADES SOCIAIS: O QUE DIRIA PAULO FREIRE E DERMEVAL SAVIANI? - SOLANGE APARECIDA SILVA	287
33. DO CUIDAR AO EDUCAR: CONSTRUINDO AUTONOMIA E IDENTIDADE NA INFÂNCIA - SUELLEN VIDAL ARAÚJO DA SILVA	293
34. GRÊMIOS ESTUDANTIS: HISTÓRICO,LEGISLAÇÃO E FUNÇÃO PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA - SYLAS IVAN RIZZO TUDECH	300
35. TERRITÓRIOS EDUCATIVOS E EDUCAÇÃO INTEGRAL: ARTICULAÇÕES ENTRE ESCOLA, COMUNIDADE E POLÍTICA PÚBLICA NA CIDADE DE SÃO PAULO - TÂNIA MARIA PEREIRA CASTRO	306
36. O PAPEL DAS PRÁTICAS SOCIAIS NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE E AUTONOMIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL - THAIS MARANHÃO PEREIRA RODRIGUES	312
37. A IMPORTÂNCIA DO BILINGUISSMO NA EDUCAÇÃO - VANESSA FERNANDES LEANDRO DE ASSUNÇÃO	322
38. EDUCAÇÃO FEMINISTA: MOVIMENTO SOCIAL ARTICULADO COM A EDUCAÇÃO - VIVIANE MARCIA SANTOS DE MASCARENHAS	328

**ESTA REVISTA É MANTIDA E FINANCIADA POR PROFESSORAS E PROFESSORES.
SUA DISTRIBUIÇÃO É, E SEMPRE SERÁ, LIVRE E GRATUITA.**

A **REVISTA PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é um projeto editorial idealizado pela **Edições Livro Alternativo** com o objetivo de **empoderar e inspirar educadores** na jornada de compartilhar suas pesquisas, estudos, experiências e relatos de vivências.

UM CORPO EDITORIAL DE EXCELÊNCIA:

Nossa equipe conta com especialistas, mestres e doutores(as), todos com vasta experiência na rede pública de ensino, além de profissionais experientes nas áreas do livro e da tecnologia da informação. Essa expertise garante a qualidade e o rigor científico das publicações da revista.

INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA:

Um dos nossos diferenciais é a total independência, viabilizada pelo **financiamento colaborativo de professores e professoras**. Essa autonomia nos permite defender a liberdade de expressão e a diversidade de ideias, priorizando a qualidade dos conteúdos e o impacto positivo na educação.

PROPÓSITOS QUE IMPULSIONAM A TRANSFORMAÇÃO:

- **Promover o debate** crítico e reflexivo sobre os diversos aspectos da educação, com base nas vivências, pesquisas, estudos e experiências dos profissionais da área;
- **Proporcionar a publicação** de livros, artigos e ensaios que contribuam para o aprimoramento da educação e o desenvolvimento profissional dos educadores;
- **Apoiar a publicação** de obras de autores independentes, democratizando o acesso à informação e promovendo a diversidade de vozes;
- **Incentivar o uso de softwares livres** na produção de materiais didáticos e na difusão do conhecimento, promovendo a inclusão digital e a redução de custos;
- **Fomentar a produção de livros** por professores e autores independentes, reconhecendo e valorizando a experiência e o saber dos profissionais da educação;

PRINCÍPIOS QUE GUIAM A NOSSA ATUAÇÃO:

- **Priorizar trabalhos voltados para a educação**, cultura e produções independentes, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e democrática;
- **Utilizar exclusivamente softwares livres** na produção de livros, revistas e materiais de divulgação, promovendo a transparência, a colaboração e a acessibilidade;
- **Incentivar a produção de obras coletivas** por profissionais da educação, fomentando a colaboração e o compartilhamento de conhecimentos;
- **Publicar e divulgar livros de professores** e autores independentes, valorizando a diversidade de vozes e perspectivas na educação;
- **Respeitar a liberdade e autonomia** dos autores, garantindo a originalidade e a autenticidade das obras publicadas;
- **Combater o despotismo, o preconceito e a superstição**, defendendo os valores da democracia, da tolerância e do respeito à diversidade;
- **Promover a diversidade e a inclusão**, valorizando as diferentes culturas, identidades e experiências presentes na comunidade educacional.

A **REVISTA PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é mais do que uma revista, é um movimento pela transformação da educação, um espaço para a colaboração, o aprendizado e a inovação.

Junte-se a nós e faça parte da construção de um futuro mais promissor para a educação!

INSTITUIÇÕES PARCEIRAS



Indexadores: _____



Filiada à:



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres



EDUCAÇÃO INFANTIL INCLUSIVA: O QUE DIZEM AS ESCOLAS PÚBLICAS?

LUZINETE BISPO DOS SANTOS¹

Resumo: A inclusão escolar é um princípio fundamental no sistema educacional moderno, especialmente no contexto da educação infantil na rede pública. Este artigo examina a efetividade da inclusão na educação infantil das escolas públicas, analisando se as práticas de inclusão estão sendo implementadas conforme os princípios estabelecidos e quais são os desafios enfrentados. A análise é baseada em uma revisão da literatura existente. O objetivo é avaliar a eficácia das políticas de inclusão, identificar barreiras e propor recomendações para melhorar a inclusão na educação infantil. O objetivo geral do artigo é fornecer uma análise crítica da implementação da inclusão na educação infantil das escolas públicas, identificando as práticas que têm sido eficazes e os desafios que precisam ser superados. Ao fazer isso, o artigo busca contribuir para a melhoria das políticas e práticas de inclusão, promovendo uma educação mais inclusiva e equitativa para todas as crianças.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar é definida como a prática de educar todas as crianças, independentemente de suas habilidades ou necessidades especiais, em ambientes de aprendizado regulares. No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva destacam a importância da inclusão. Este artigo visa explorar a realidade da inclusão na educação infantil, avaliando se as escolas públicas estão cumprindo os objetivos de inclusão e quais fatores impactam a efetividade dessa prática.

OBJETIVO

Este artigo visa explorar a realidade da inclusão na educação infantil da rede pública,

abordando as seguintes questões:

Efetividade das Políticas: Avaliar se as políticas de inclusão estão sendo implementadas de forma eficaz nas escolas públicas, considerando os desafios e limitações enfrentados.

Fatores Impactantes: Identificar os fatores que influenciam a efetividade da inclusão, incluindo aspectos estruturais, culturais e formativos.

Melhorias Necessárias: Propor recomendações para melhorar a implementação da inclusão, baseadas em uma análise crítica das práticas atuais e nas necessidades identificadas.

Através da revisão da literatura existente e de estudos de caso, este artigo busca fornecer uma visão abrangente da situação atual da

¹ Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Guarulhos, UNG; Pós-graduação com Especialização em Alfabetização e Letramento pela Faculdade Falcão; Cursos de Extensão Universitária em: Educação Especial; Informação e Auto Aprendizagem; Literatura Infantil; Tópicos Especiais da Educação pela Faculdade Falcão; Professora de Educação Infantil, PEI na Prefeitura de São Paulo, SME, PMSP.

inclusão na educação infantil, com o objetivo de contribuir para a melhoria das práticas e políticas voltadas à educação inclusiva.

DEFINIÇÃO E CONTEXTO DA INCLUSÃO ESCOLAR

DEFINIÇÃO DE INCLUSÃO ESCOLAR

A inclusão escolar pode ser definida como um princípio orientador da educação contemporânea que busca garantir o direito de todos os alunos ao acesso e à permanência em ambientes educacionais regulares, independentemente de suas condições físicas, cognitivas, sensoriais, sociais ou culturais. Tal concepção está ancorada na perspectiva de que a escola deve ser um espaço de diversidade, no qual as diferenças sejam reconhecidas como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem (Mantoan, 2003).

Nesse sentido, a inclusão ultrapassa a simples presença física do estudante na sala de aula. Ela pressupõe a participação efetiva, a adaptação curricular, a utilização de recursos de acessibilidade e o desenvolvimento de práticas pedagógicas que contemplem a singularidade de cada aluno (Carvalho, 2004). O objetivo central é assegurar uma educação de qualidade para todos, promovendo a igualdade de oportunidades e a valorização da diversidade como princípio pedagógico e social (UNESCO, 1994; Brasil, 2008).

Assim, a inclusão escolar não deve ser compreendida apenas como uma política educacional, mas como uma mudança cultural e institucional que envolve professores, gestores, famílias e a comunidade em geral, para que a escola se torne efetivamente um espaço democrático de aprendizagem (Glatter & Ainscow, 1998).

LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS NO BRASIL

No Brasil, a inclusão escolar é respaldada por um marco legal e político que busca garantir a educação para todos. As principais legislações que orientam a prática da inclusão incluem:

1. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB): A LDB, promulgada pela Lei nº 9.394 de 1996, estabelece as diretrizes e bases para a educação nacional. O artigo 58 da LDB destaca que a educação deve ser oferecida com base em princípios de igualdade e respeito às diferenças, afirmando o compromisso com a educação inclusiva. A LDB promove a ideia de que todos os alunos, incluindo aqueles com deficiências, têm direito à educação em escolas regulares, com as adaptações necessárias para atender às suas necessidades.

2. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: Esta política, definida pelo Decreto nº 6.094 de 2007 e revisada por documentos subsequentes, estabelece diretrizes para a educação especial no contexto da inclusão. O documento orienta que a educação especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, com adaptações curriculares e apoio especializado, promovendo a participação plena dos alunos com deficiências.

3. Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015): Conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, esta lei reforça o compromisso com a inclusão, garantindo que as pessoas com deficiência tenham acesso a direitos e serviços em igualdade de condições com os demais cidadãos. A Lei Brasileira de Inclusão destaca a importância de garantir acessibilidade, apoio e adaptações necessárias para a plena participação na educação.

DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Apesar da robustez das legislações e políticas, a implementação prática da inclusão na educação infantil da rede pública enfrenta vários desafios:

1. Desigualdade de Recursos e Infraestrutura: Muitas escolas públicas enfrentam limitações significativas em termos de recursos materiais e infraestrutura. A falta de equipamentos adaptados, recursos didáticos especializados e adaptações físicas nas

instalações escolares pode dificultar a implementação eficaz da inclusão. Escolas que não possuem rampas de acesso, banheiros adaptados e materiais pedagógicos adaptados enfrentam dificuldades para atender às necessidades de todos os alunos.

2. Formação Insuficiente dos Profissionais de Educação: A formação inicial e continuada dos professores muitas vezes não abrange adequadamente as estratégias e práticas necessárias para a inclusão. A falta de capacitação específica pode levar a dificuldades na implementação de metodologias inclusivas, resultando em um atendimento inadequado às necessidades dos alunos com deficiências.

3. Resistência Cultural e Institucional: A mudança cultural necessária para implementar a inclusão efetivamente pode ser lenta. Em algumas escolas, ainda existem preconceitos e resistência à mudança que podem afetar a aceitação e a prática da inclusão. A falta de sensibilização e formação sobre a importância da inclusão pode contribuir para a perpetuação de atitudes discriminatórias e práticas excludentes.

4. Acompanhamento e Avaliação: A efetividade da inclusão também depende do acompanhamento e da avaliação contínuos das práticas adotadas. Muitas vezes, não há mecanismos adequados para monitorar e avaliar a implementação da inclusão nas escolas, o que pode resultar em lacunas na prática e na falta de ajustes necessários para atender às necessidades dos alunos.

CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICO

DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DA INCLUSÃO ESCOLAR

A inclusão escolar tem suas raízes em movimentos internacionais que promovem a igualdade de oportunidades educacionais. Desde a Declaração de Salamanca (1994), que enfatizou a importância da educação inclusiva, diversos países, incluindo o Brasil, adotaram legislações para promover a inclusão. No Brasil, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a

LDB são marcos legais que orientam as práticas inclusivas na educação.

POLÍTICAS PÚBLICAS E LEGISLAÇÃO

A legislação brasileira estabelece que todas as crianças têm o direito à educação e que a inclusão deve ser a norma, não a exceção. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva enfatiza que a inclusão deve ser implementada desde a educação infantil. Contudo, a implementação dessas políticas enfrenta desafios significativos que afetam a eficácia da inclusão.

IMPLEMENTAÇÃO DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

PRÁTICAS DE INCLUSÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS

A inclusão na educação infantil envolve a adaptação do currículo, das metodologias de ensino e do ambiente escolar para atender às necessidades de todas as crianças. Nas escolas públicas, a prática de inclusão inclui a presença de professores de apoio, adaptações curriculares e a formação contínua de educadores.

RECURSOS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A efetivação da inclusão escolar está diretamente relacionada à oferta de recursos pedagógicos, tecnológicos e humanos que possibilitem o atendimento às necessidades específicas dos estudantes. Estudos apontam que a ausência de professores de apoio, intérpretes de Libras, materiais pedagógicos acessíveis e adaptações curriculares constitui um dos principais entraves para a consolidação de práticas inclusivas na rede pública de ensino (Carvalho, 2004; Glat & Blanco, 2007).

Outro aspecto determinante é a formação docente. A literatura especializada enfatiza que tanto a formação inicial quanto a continuada devem contemplar conteúdos voltados para a educação inclusiva, preparando o professor para lidar com a diversidade presente nas salas de aula (Mantoan, 2003; Rodrigues, 2006). Nesse sentido, a ausência de preparo

específico compromete a adoção de estratégias pedagógicas que assegurem a aprendizagem de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação (Brasil, 2008).

Portanto, a garantia de inclusão não se limita à matrícula dos estudantes, mas exige políticas consistentes de investimento em recursos e programas de formação docente que deem suporte às práticas pedagógicas inclusivas (UNESCO, 1994; Brasil, 2015).

ADAPTAÇÕES CURRICULARES E METODOLÓGICAS

O currículo deve ser flexível para atender às necessidades diversas das crianças. As adaptações curriculares e metodológicas incluem a modificação dos conteúdos, das estratégias de ensino e das avaliações. A efetividade dessas adaptações é frequentemente limitada pela falta de orientação e suporte adequado para os professores.

DESAFIOS E BARREIRAS

BARREIRAS ESTRUTURAIS E MATERIAIS

A infraestrutura inadequada constitui um dos principais entraves para a efetivação da inclusão escolar. Diversas escolas públicas brasileiras ainda não garantem acessibilidade física mínima, como rampas de acesso, corrimãos e banheiros adaptados, comprometendo a participação de estudantes com deficiência em atividades cotidianas (Brasil, 2015; Mendes, 2010). Além disso, a ausência de recursos didáticos adaptados e tecnologias assistivas limita a possibilidade de personalização do ensino, impactando negativamente a aprendizagem desses alunos (Carvalho, 2004).

BARREIRAS INSTITUCIONAIS E CULTURAIS

Outro obstáculo significativo refere-se às dimensões institucionais e culturais da escola. Atitudes de resistência às mudanças, falta de sensibilização e práticas pedagógicas excludentes ainda persistem no cotidiano escolar, revelando que a inclusão não depende apenas de políticas educacionais, mas também

de transformações culturais e institucionais (Mantoan, 2003; Glat & Blanco, 2007). A valorização da diversidade e a promoção de um ambiente escolar democrático são condições indispensáveis para superar preconceitos e consolidar uma cultura inclusiva (UNESCO, 1994).

BARREIRAS RELACIONADAS À FORMAÇÃO E SUPORTE DOS PROFESSORES

O papel do professor é central para a implementação da educação inclusiva. Entretanto, estudos apontam que a formação inicial raramente contempla, de modo suficiente, conteúdos relacionados às práticas inclusivas, o que dificulta a adoção de estratégias pedagógicas adequadas (Rodrigues, 2006). A formação continuada e o suporte institucional também se apresentam como fatores críticos, visto que a ausência de programas permanentes de capacitação e de acompanhamento pedagógico fragiliza o trabalho docente no atendimento à diversidade (Brasil, 2008; Glat, 2011).

ESTUDOS DE CASO

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A análise de experiências bem-sucedidas em inclusão escolar foi realizada a partir de estudos de caso descritos em pesquisas qualitativas. Esse tipo de abordagem metodológica permite compreender em profundidade as práticas adotadas, os desafios enfrentados e as soluções implementadas em contextos específicos (Yin, 2005). Os estudos de caso selecionados foram conduzidos em escolas públicas brasileiras que desenvolveram projetos inclusivos reconhecidos por órgãos educacionais e por literatura especializada (Mendes, 2010; Glat & Blanco, 2007). O método incluiu a observação de práticas pedagógicas, entrevistas com gestores e professores, além da análise documental de planos educacionais individualizados (PEI).

ESCOLAS EXEMPLARES NA INCLUSÃO ESCOLAR

A literatura aponta que escolas que se destacam na implementação da inclusão

apresentam características recorrentes. Entre elas estão a adoção de práticas pedagógicas flexíveis, a valorização da diversidade e a construção de um ambiente institucional comprometido com os direitos de aprendizagem de todos os alunos (Mantoan, 2003; Brasil, 2015). Esses aspectos funcionam como referenciais para outras instituições que buscam aprimorar suas práticas inclusivas.

COMPROMETIMENTO DA EQUIPE ESCOLAR

Estudos indicam que o comprometimento coletivo da equipe escolar é um elemento fundamental para o sucesso da inclusão. Em instituições analisadas, diretores, coordenadores pedagógicos, professores e demais funcionários demonstraram envolvimento ativo na construção de um ambiente acolhedor e equitativo (Carvalho, 2004). O apoio da gestão escolar, aliado à promoção de uma cultura organizacional inclusiva, contribui para um clima colaborativo que favorece a permanência e o desenvolvimento dos estudantes com deficiência (Glat, 2011).

COLABORAÇÃO COM ESPECIALISTAS

A presença de especialistas, como profissionais de educação especial, psicólogos e terapeutas ocupacionais, mostrou-se determinante para a efetividade das práticas inclusivas. A literatura enfatiza que a atuação colaborativa desses profissionais, tanto em processos de planejamento pedagógico quanto na elaboração de PEIs, amplia as possibilidades de adaptação curricular e de oferta de recursos pedagógicos adequados (Rodrigues, 2006; Mendes, 2010).

UTILIZAÇÃO DE RECURSOS ADEQUADOS

Outro fator identificado é o investimento em recursos específicos, como materiais pedagógicos adaptados, softwares de apoio à aprendizagem, mobiliário acessível e tecnologias assistivas. Escolas que apresentaram bons resultados investiram continuamente na criação de ambientes físicos acessíveis e na aquisição de instrumentos que favorecem a participação de todos os alunos (Brasil, 2015; Carvalho, 2004).

FORMAÇÃO CONTÍNUA DOS PROFISSIONAIS

A capacitação constante dos educadores foi apontada como prática recorrente nos estudos de caso. Programas de formação continuada focados em estratégias inclusivas e metodologias diferenciadas possibilitam que os docentes adquiram competências para lidar com a diversidade em sala de aula (Mantoan, 2003; Glat & Blanco, 2007). Assim, a formação docente contínua figura como elemento indispensável para o sucesso da inclusão escolar.

PARTICIPAÇÃO ATIVA DA COMUNIDADE ESCOLAR

Por fim, pesquisas ressaltam que a participação dos pais e responsáveis exerce influência significativa no processo inclusivo. Escolas que adotaram práticas de engajamento comunitário, promovendo reuniões, conselhos escolares participativos e ações conjuntas, obtiveram melhores resultados na aprendizagem e no bem-estar dos estudantes (UNESCO, 1994; Glat, 2011). Essa parceria fortalece a rede de apoio e consolida o caráter democrático da escola.

DESAFIOS ENCONTRADOS POR ESCOLAS QUE ENFRENTAM DIFICULDADES

FALTA DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA

Um dos principais desafios enfrentados por escolas que têm dificuldades na implementação da inclusão é a falta de formação específica para os professores. Muitas vezes, os cursos de formação inicial não abordam de forma aprofundada as práticas e estratégias necessárias para a educação inclusiva. A ausência de formação contínua e especializada pode resultar em uma falta de preparação para lidar com as necessidades diversificadas dos alunos, comprometendo a eficácia das práticas inclusivas.

RECURSOS LIMITADOS

A limitação de recursos é uma barreira significativa para a inclusão em muitas escolas públicas. A falta de materiais adaptados, tecnologias assistivas e infraestrutura adequada

pode dificultar a implementação de práticas inclusivas. Além disso, a escassez de apoio adicional, como assistentes educacionais e profissionais especializados, pode impactar negativamente a capacidade das escolas de atender às necessidades individuais dos alunos.

RESISTÊNCIA A MUDANÇAS

A resistência a mudanças, tanto por parte da equipe escolar quanto da comunidade, é um desafio comum. Mudanças na abordagem pedagógica e na cultura escolar podem encontrar resistência devido a preconceitos, falta de entendimento ou preocupações com a implementação prática. A resistência pode ser exacerbada pela falta de apoio e orientação adequados, tornando a adaptação às práticas inclusivas mais difícil.

ACESSO INSUFICIENTE A SUPORTE ESPECIALIZADO

A falta de acesso a suporte especializado, como serviços de orientação e aconselhamento, pode limitar a capacidade das escolas de implementar práticas inclusivas de forma eficaz. Sem o suporte de especialistas em educação especial e outros profissionais, as escolas podem enfrentar dificuldades para adaptar o currículo e as metodologias de ensino às necessidades dos alunos com deficiência.

DESIGUALDADE REGIONAL

A desigualdade regional também é um fator que afeta a implementação da inclusão. Escolas localizadas em áreas com menos recursos financeiros ou em regiões menos desenvolvidas podem enfrentar desafios adicionais, como a falta de infraestrutura adequada e a dificuldade em atrair e reter profissionais qualificados. Essas desigualdades podem criar disparidades na qualidade da inclusão oferecida em diferentes localidades.

IMPLICAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

REPLICAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS

A análise de experiências bem-sucedidas em escolas que implementaram práticas

inclusivas evidencia a importância de identificar e replicar estratégias que possam servir como referência para outros contextos educacionais. A literatura aponta que a disseminação de boas práticas fortalece a consolidação de uma cultura inclusiva e possibilita a adaptação de estratégias de acordo com as especificidades locais (Mantoan, 2003; Rodrigues, 2006). Entre os aspectos mais recorrentes estão a formação continuada dos profissionais, a colaboração com especialistas em educação especial e saúde, e a utilização de recursos pedagógicos e tecnológicos adequados, elementos considerados indispensáveis para promover a equidade no processo de ensino-aprendizagem (Carvalho, 2004; Glat & Blanco, 2007).

INTERVENÇÕES ESPECÍFICAS PARA SUPERAR DESAFIOS

Para enfrentar as barreiras identificadas em estudos de caso, a literatura enfatiza a necessidade de intervenções direcionadas e consistentes. Investimentos em programas de capacitação docente em educação inclusiva ampliam a competência dos professores para responder à diversidade em sala de aula, o que impacta diretamente na qualidade das práticas pedagógicas (Mendes, 2010; Glat, 2011). Além disso, a ampliação dos recursos materiais e da infraestrutura escolar — como tecnologias assistivas, adaptações arquitetônicas e materiais didáticos acessíveis — constitui um fator determinante para o sucesso da inclusão (Brasil, 2015). Nesse sentido, o desenvolvimento de uma cultura escolar receptiva à diversidade deve ser continuamente estimulado por meio de políticas institucionais e programas de sensibilização (UNESCO, 1994; Stainback & Stainback, 1999).

ADVOCACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

A consolidação da inclusão escolar depende, ainda, de políticas públicas robustas e de ações de advocacia que assegurem a equidade no acesso a recursos e oportunidades. A legislação brasileira, especialmente a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015), estabelece diretrizes para

garantir direitos educacionais, mas sua efetivação requer acompanhamento constante e investimentos em nível local, regional e nacional (Brasil, 2015). Organizações da sociedade civil, movimentos sociais e associações de pessoas com deficiência desempenham um papel central na defesa de políticas educacionais inclusivas e no monitoramento de sua implementação (Sasaki, 2010). Assim, a articulação entre políticas públicas, gestão escolar e comunidade é imprescindível para que a inclusão deixe de ser apenas um ideal normativo e se torne uma realidade efetiva.

A análise dos estudos de caso mostra que, apesar das barreiras estruturais, institucionais e culturais, existem estratégias consolidadas que contribuem para o avanço da inclusão escolar. A identificação, sistematização e replicação de práticas bem-sucedidas, associadas a políticas públicas eficazes e à formação docente de qualidade, podem fortalecer o processo de construção de uma escola inclusiva, equitativa e socialmente comprometida com a diversidade.

RECOMENDAÇÕES E PROPOSTAS

A consolidação da inclusão escolar demanda não apenas a formulação de políticas públicas, mas também a sistematização e a replicação de boas práticas já desenvolvidas em diferentes contextos educacionais. Pesquisas realizadas em escolas públicas brasileiras e internacionais evidenciam que a análise de experiências bem-sucedidas possibilita a identificação de estratégias eficazes que podem servir como modelos para outras instituições (Mantoan, 2003; Rodrigues, 2006). Esse processo, de caráter investigativo e formativo, permite que práticas pedagógicas inovadoras sejam contextualizadas, adaptadas e disseminadas, favorecendo a construção de uma cultura escolar inclusiva.

Entre os elementos recorrentes destacados em estudos de caso de escolas inclusivas, ressaltam-se: a valorização da diversidade como princípio educativo, a

formação continuada de professores, a presença de equipes multidisciplinares, o uso de recursos pedagógicos e tecnológicos adaptados, e a participação ativa da comunidade escolar (Carvalho, 2004; Glat & Blanco, 2007). Essas experiências demonstram que a inclusão não é um processo espontâneo, mas resultado de planejamento institucional e da adoção de práticas intencionais que favorecem o protagonismo dos estudantes e o fortalecimento da aprendizagem significativa (Vygotsky, 1991; Ausubel, 2003).

INTERVENÇÕES ESPECÍFICAS PARA SUPERAR DESAFIOS

A implementação da inclusão escolar enfrenta desafios estruturais, culturais e pedagógicos que não podem ser ignorados. Nesse sentido, a literatura destaca a necessidade de intervenções específicas e contextualizadas para superá-los. A formação docente, por exemplo, permanece como uma das principais fragilidades do sistema educacional, já que muitas licenciaturas ainda não oferecem conteúdos consistentes sobre educação inclusiva, o que compromete a preparação inicial dos professores (Rodrigues, 2006; Mendes, 2010). Programas de formação continuada que abordem estratégias de diferenciação pedagógica, desenho universal para a aprendizagem (DUA) e o uso de tecnologias assistivas têm mostrado resultados positivos em estudos aplicados (Meyer; Rose; Gordon, 2014).

Outro aspecto relevante é o investimento em infraestrutura acessível e recursos pedagógicos adaptados. A ausência de rampas, mobiliário adequado e materiais acessíveis compromete o acesso pleno e fere os princípios da equidade educacional (Brasil, 2015). Experiências de escolas que adaptaram não apenas a estrutura física, mas também os currículos e métodos de avaliação, revelam que a inclusão efetiva exige uma reconfiguração institucional abrangente (Glat, 2011).

Do ponto de vista cultural, a resistência de alguns profissionais da educação e da própria comunidade escolar à diversidade constitui

barreira significativa. Para superá-la, programas de sensibilização e projetos de convivência têm sido adotados como estratégias de transformação do ethos escolar, valorizando a diversidade como elemento enriquecedor do processo educativo (Stainback & Stainback, 1999).

ADVOCACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Embora práticas pedagógicas inovadoras e experiências locais sejam fundamentais, a inclusão escolar não pode depender apenas da iniciativa isolada de algumas instituições. É indispensável a articulação de políticas públicas consistentes e de mecanismos de monitoramento que assegurem o cumprimento das legislações já existentes, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei n. 9.394/1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015).

Nesse cenário, o papel da advocacia social ganha relevância. Organizações da sociedade civil, movimentos de pessoas com deficiência e associações de pais têm desempenhado papel central na formulação e pressão por políticas educacionais inclusivas, garantindo que a inclusão seja tratada como direito e não como concessão (Sasaki, 2010). Além disso, organismos internacionais como a UNESCO e a ONU têm reiterado, desde a Declaração de Salamanca (1994), que a educação inclusiva é um pilar para a construção de sociedades mais democráticas e equitativas.

A articulação entre escolas, universidades, órgãos governamentais e movimentos sociais permite a criação de redes de apoio, troca de experiências e elaboração de propostas conjuntas para superar desigualdades regionais e garantir condições adequadas de aprendizagem para todos os estudantes (Artiles; Kozleski; Waitoller, 2011). Dessa forma, a inclusão escolar deixa de ser um desafio restrito ao âmbito pedagógico e passa a ser entendida como um compromisso ético, político e social.

A replicação de boas práticas em inclusão escolar, associada à implementação de intervenções específicas e ao fortalecimento das políticas públicas, constitui um caminho promissor para a efetivação do direito à educação. A análise de experiências exitosas demonstra que a inclusão não é apenas possível, mas necessária para a construção de uma escola verdadeiramente democrática. Ao mesmo tempo, revela que sua consolidação depende da articulação entre ações locais e políticas estruturais, da valorização da diversidade e do engajamento da comunidade escolar em todas as etapas do processo educativo.

Assim, embora os desafios permaneçam significativos, a ampliação da formação docente, o investimento em recursos e infraestrutura, a promoção de uma cultura escolar inclusiva e a defesa de políticas públicas equitativas são elementos indispensáveis para avançar na construção de uma educação que respeite e valorize as diferenças, assegurando o pleno desenvolvimento de todos os estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A efetivação da inclusão escolar exige mais do que a existência de políticas ou regulamentações. Trata-se de um processo que demanda engajamento contínuo e uma atuação colaborativa entre gestores, professores, famílias e comunidade. A criação de um ambiente escolar que acolha e valorize cada estudante é condição essencial para transformar diretrizes em práticas concretas.

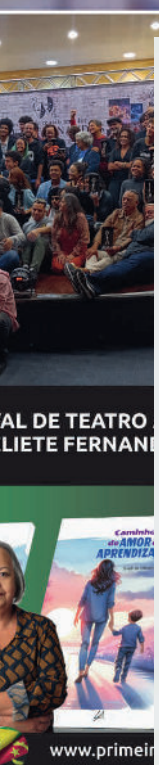
Nesse sentido, a superação das barreiras estruturais, institucionais e culturais não pode ser vista apenas como uma obrigação, mas como parte de um compromisso ético com a equidade. Uma escola inclusiva não se limita a garantir o acesso físico dos alunos, mas também precisa assegurar condições reais de participação e aprendizagem, respeitando singularidades e potencialidades.

Avançar nesse caminho implica reconhecer que a inclusão é desafiadora, sobretudo em contextos marcados por

desigualdades sociais e limitações de recursos. No entanto, esse desafio representa também a oportunidade de ressignificar a função social da escola, transformando-a em espaço de convivência democrática e de promoção da justiça social. Assim, ao investir em práticas pedagógicas inclusivas e em uma cultura escolar comprometida com a diversidade, abre-se a possibilidade de construir um sistema educacional que não apenas receba, mas efetivamente integre todos os seus alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARTILES, Alfredo J.; KOZLESKI, Elizabeth; WAITOLLER, Federico. *Inclusive Education: Examining Equity on Five Continents*. Harvard Education Press, 2011.
- AUSUBEL, David P. *Aquisição e retenção de conhecimentos: uma perspectiva cognitiva*. Lisboa: Plátano, 2003.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)*. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- BRASIL. *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência*. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.
- CARVALHO, Rosita Edler. *Educação Inclusiva: com os pingos nos "is"*. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- GLAT, Rosana. *Educação Inclusiva: práticas pedagógicas e caminhos possíveis*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.
- GLAT, Rosana; BLANCO, Rosa Maria. *Educação Inclusiva: cultura e práticas pedagógicas*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.
- GLATTER, Ron; AINSCOW, Mel. *Políticas e práticas de inclusão: avanços e desafios*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.
- MENDES, Enicéia Gonçalves. *Educação inclusiva: construindo um conceito*. *Revista Brasileira de Educação*, n. 14, p. 61-78, 2010.
- MEYER, Anne; ROSE, David H.; GORDON, David. *Universal Design for Learning: Theory and Practice*. Wakefield, MA: CAST Professional Publishing, 2014.
- RODRIGUES, David. *Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva*. São Paulo: Summus, 2006.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 2010.
- STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. *Inclusão: um guia para educadores*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.
- UNESCO. *Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais*. Salamanca, 1994.
- VYGOTSKY, Lev S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- YIN, Robert K. *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2005.



<https://doi.org/10.52078/issn2675-2573.rpe.60>



COORDENAÇÃO:
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
Profa. Esp. Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

- Ana Maria Dainauskas Soares
- Angélica Rodrigues Valentin
- Angelina de Fátima Chitundo Estêvão Yopilo
- Áurea Carvalho de Souza
- Daniel Pedro José
- Daniela dos Santos Magalhães
- Domingos Elias Sachico
- Domingos Fernando Cassuende Lucunde
- Dorivaldo da Graça Guedes Tavares e Edmilson dos Prazeres da Silva
- Edson Maria Sebastião Jorge
- Elisete Vicente da Silva Oliveira
- Estevão Quixina Cassule
- Eunice Muansa Mueshi
- Feliciano da Cruz Vicente Manuel
- Fernando Sanji
- Fortuna Neto Figueiredo Vitangui
- Girlene Nascimento da Silva Mantovani
- Ingrid da Silva Cavalcante de Paula
- Joaquim Pereira Bravo
- José Campos Kifuba
- Juliana da Silva Oliveira
- Luzinete Bispo dos Santos
- Manuel Esteves Mutalo Coa
- Manuel Ligas António
- Maria Aparecida Armandilha Nunes
- Marcelo Santos de Mascarenhas
- Maria Mvú André Dondo
- Mariangela de Jesus Chagas
- Mirella Clerici
- Nelito António
- Patrícia Mendes Cavalcante de Souza
- Silvia Harue Yogui
- Solange Aparecida Silva
- Suellen Vidal Araújo da Silva
- Sylas Ivan Rizzo Tudech
- Tânia Maria Pereira Castro
- Tháís Maranhão Pereira Rodrigues
- Vanessa Fernandes Leandro de Assunção
- Viviane Marcia Santos de Mascarenhas

Indexadores:



Parceiros:



Filiada à:



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres

